

LEITURA DOCUMENTAL NO PROCESSO DE INDEXAÇÃO: possíveis contribuições da linguística funcional

DOCUMENTARY READING IN THE INDEX PROCESS: possible contributions of functional linguistics

Ana Clara Gatto¹

 0000-0002-6650-4629

Alexandre Robson Martines²

 0000-0002-4524-0978

Carlos Cândido de Almeida³

 0000-0002-8552-1029

RESUMO

O presente artigo aborda a possibilidade do uso da Linguística Funcionalista, especificamente da Semântica Discursiva, na leitura documental, etapa do processo de indexação, em que comumente vem sendo utilizado a Linguística Estrutural. Esta abordagem se concentra principalmente em análises estruturais e tem a palavra como forma e sentido, enquanto a Semântica Discursiva considera como elementos-chave o papel semântico que as palavras exercem no discurso, possibilitando incorporar uma visão mais holística do documento, levando em conta a intenção comunicativa dos autores e as nuances de significado presentes nas palavras-chave. Para tanto, são apresentados o processo de leitura documental com visão estruturalista, a Semântica Discursiva e seu possível uso e melhoria no processo de indexação no que concerne ao levantamento de palavras-chave. Conclui-se que a utilização da Linguística Funcional no processo de indexação representa uma promissora alternativa à abordagem tradicional pautada na visão estruturalista do discurso visto que incorporar o contexto na definição de palavras-chave possibilita a descrição mais detalhada além de considerar todo o contexto de produção.

Palavras-Chave: Leitura Documental. Indexação. Linguística Funcionalista. Semântica Discursiva.

ABSTRACT

This article addresses the possibility of using Functional Linguistics, specifically Discursive Semantics, in document reading, a stage of the indexing process, in which Structural Linguistics is commonly used. This approach focuses mainly on structural analysis and has the word as form and meaning, while Discursive Semantics considers as key elements the semantic role that words play in discourse, making it possible to incorporate a more holistic view of the document, taking into account the communicative intention of the authors and the nuances of meaning present in the keywords. To this end, the document reading process is presented with a structuralist view, Discursive Semantics and its possible use and

Artigo submetido em 21/07/2023 e aceito para publicação em 29/12/2023.

¹ Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) – SP. Email: ana.gatto@unesp.br.

² Doutorando e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) – SP. Email: alexandre.martines@unesp.br.

³ Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) – SP. Email: carlos.c.almeida@unesp.br.

improvement in the indexing process with regard to the collection of keywords. It is concluded that the use of Functional Linguistics in the indexing process represents a promising alternative to the traditional approach based on the structuralist view of discourse, since incorporating the context in the definition of keywords allows for a more detailed description, in addition to considering the entire context of production.

Keywords: *Documentary reading. Indexing. Functional linguistic. Discursiv semantic.*

1 INTRODUÇÃO

Todos os objetos que têm potencial comunicativo carregam informação, seja um documento escrito, visual ou audiovisual. As unidades de informação como os centros de documentação, arquivos e bibliotecas – incluídos as bibliotecas digitais e virtuais – têm como função coletar, descrever e disponibilizar documentos para seus usuários potenciais e reais. Para tanto, a Ciência da Informação (CI) atua como campo interdisciplinar, cujo objeto de estudo é a informação registrada em qualquer tipo de suporte e sua usabilidade, assim desenvolvendo instrumentos, métodos, técnicas e práticas para tratar da informação, armazenamento e recuperação.

Dentre as diversas tarefas do profissional da informação, no tratamento e recuperação da informação, há a indexação, processo que consiste em identificar e descrever o conteúdo do documento levando em consideração a necessidade informacional dos usuários. Para tal propósito, ao realizar a análise de um documento, objeto de significação que pode ter sua estrutura identificada de maneira a compreender seu processo de criação de sentido (Fiorin, 2012) evidenciam-se vários fatores de composição e significação. Desse modo, destacam-se os artigos científicos, gênero textual que será utilizado como parâmetro, neste estudo, do processo de leitura documental, etapa da indexação, no intuito de exemplificar o processo de análise textual e levantamento de palavras-chave.

Dessa forma, o processo de leitura documental ocorre voltado à determinação dos assuntos tratados no documento e pautado no texto, ou seja, na disposição dos argumentos e na organização estrutural do texto, pressupondo o significado, assim extraindo palavras-chave, capazes de transcrever os conceitos que refletem o assunto do documento.

É válido reconhecer que tal abordagem se estabelece a partir dos fundamentos teóricos praticados pela linguística estrutural e formal, em que se defende o valor semântico correspondente ao que se configura socialmente, sendo assim realizado na forma, como uma manifestação pré-estabelecida do significado, sem fazer menção ao sentido realizado no enunciado, enunciação e discurso.

No entanto, entende-se que um texto é margem para a concepção estrutural da articulação de argumentos e proposições e não se realiza em si mesmo, ou seja, não é apenas resultado do significado imanente das palavras ou das expressões aplicadas isoladamente.

De fato, o texto se atualiza conforme a interação, portanto o sentido – aspectos resultantes da articulação das palavras em um texto – e a significação – resultado do processo de semiose na transposição do plano da expressão para o plano do conteúdo na elucidação da enunciação e do discurso – se constroem conforme a funcionalidade, isto é, frente ao recorte, ao ajuste, à interpretação, às necessidades informacionais.

Sendo assim, essa discussão acerca da significação funcional é posta frente ao processo de representação da informação durante a leitura documental, visto que as palavras-chave, embora sejam léxicos oriundos de uma terminologia especializada, não possuem a condição de representar um texto todo, mas sim direcionar caminhos de interação, ou seja, nessa perspectiva o processo de indexação é visto como um trabalho de curadoria informacional.

À vista disso, é objetivo desta pesquisa analisar os fundamentos teóricos da linguística funcionalista, em destaque, recortes teóricos da linguística e da semântica discursiva, voltados à análise da função do texto frente a um contexto de produção e intencionalidade do autor no processo de leitura documental. Além disso, propõe-se a debater mecanismos de interpretação para além do dito e do previamente estabilizado, incluindo informações complementares sobre o objeto, evento e contexto de forma a contribuir no processo de leitura documental e na expansão do *background* do leitor profissional e do usuário da informação, acerca de uma descrição que vai além do que está contido somente no enunciado, explorando a enunciação e o discurso.

Para tanto, aplicou-se uma metodologia qualitativa, exploratório-descritiva, em que se apontam os fundamentos teóricos das teorias abordadas,

assim caracterizando-se uma pesquisa bibliográfica, a qual possibilitou a constituição de uma análise crítica sobre a execução da leitura documental. A coleta de dados ocorreu mediante consulta de base de dados como Brapci, Scielo, Google *Scholar* e livros especializados cuja temática está voltada para leitura, interpretação no cenário da indexação e da linguística funcionalista. Dentre os materiais analisados, destacam-se Cunha (1987); Cintra (1987); Piovezan (2017); Reis (2017) para tratar da leitura documental, como para o contexto Fujita, (2004); Kobashi e Santos, (2011); Santos, Neves e Albuquerque (2020), como ainda Beaugrande e Dressler (1997); van Dijk (2019, 2020); e Ducrot (2020) para tratar de linguística e semântica discursiva. A análise se pautou nos conceitos leitura documental, tratamento documental, indexação, leitor profissional, linguística estrutural, linguística formal, linguística funcional, linguística e semântica discursiva, texto, enunciado, enunciação e discurso. Com isso, a interpretação se configurou a partir da inter-relação entre as teorias, através de abordagem interdisciplinar, que possibilitou a construção de inferências e dos resultados.

Desse modo, explanou-se o processo de leitura documental e sua finalidade e linguística discursiva, com o intuito de elucidar que a técnica de indexação seja pautada não apenas na estrutura textual, mas sim que se interprete o sentido e a significação constituídos no enunciado, na enunciação e no discurso, assim, apresentar contribuições da linguística funcionalista com o propósito de demonstrar como essa área da linguística pode oferecer melhorias qualitativas na análise e descrição do conteúdo do documento.

2 LEITURA DOCUMENTAL: TEMATIZAÇÃO E INDEXAÇÃO

A indexação, prática realizada por profissionais da informação, é um processo em que se busca reconhecer no discurso o tema tratado no documento de forma a atribuir conceitos que expressem os assuntos abordados (Gil Leiva, 2012). A indexação é realizada em três níveis: a análise documentária, a extração das palavras-chave e a tradução para uma linguagem controlada, isto é, para uma terminologia especializada que será cadastrada no sistema de busca.

Salienta-se que a área da Ciência da Informação utiliza “assunto” e “tema” como sinônimos, de acordo com Cunha e Cavalcanti (2008, p. 105) “tema” é uma proposição que se desenvolve no discurso, seu assunto, que por sua vez, é definido como o conteúdo do documento, “significado que pode ser atribuído a uma mensagem”, aquilo que é transmitido para o leitor.

Lima (2020, p. 6-7) também aponta para a falta de convergência entre a acepção de “assunto” e “tema” na área, realizando um levantamento das diferentes designações de assunto que pode ser ideias organizadas, conceitos tratados no documento, corpus de conhecimento. Sendo assim, é algo identificado e concedido através da análise documentária, logo são generalizações as quais são atribuídas por meio de interpretação, enquanto o tema é a informação global e geral, que pode incluir diferentes assuntos.

Na linguística em geral, em destaque, a textual, discursiva e funcionalista, essa classificação é diferente, o assunto é a concepção geral do texto, como por exemplo violência, enquanto o tema são os desdobramentos conceptuais na progressão do texto, como violência doméstica, violência urbana, violência silenciosa etc., ou seja, os temas conferem ao texto uma aspectualização temática, atribuído no enunciado por um conjunto de palavras que evocam a coerência, ou seja, a pertinência do argumento, da proposição, da sentença com a proposta do texto, ou seja, efetiva-se o direcionamento ao assunto central (Possenti, 1988; Dubois, 1998; Faraco; Tezza, 2003).

Dessa forma, o processo de indexação é a análise na qual são identificados os temas tratados no documento, ou seja, sua aspectualização. A partir desse conjunto informacional, coerente, pertinente e relevante ao documento, ou seja, efetua-se um recorte da informação primária, o documento. Com isso, essa informação, sistematizada através de uma rede semântica, é transformada em conceitos que o representam, traduzidos em uma linguagem controlada, logo quando se fala em “análise temática”, o que é levantado é a aspectualização presente no texto.

O processo de leitura consiste na interação entre leitor e texto (Cintra, 1987; Piovezan, 2017; Reis, 2017) e contexto (Fujita, 2004; Kobashi; Santos, 2011; Santos; Neves; Albuquerque, 2020). Dessa maneira, a leitura profissional é realizada mediante técnicas e conhecimento prévio do profissional que a realiza, além da análise temática ser atribuída com base no contexto em que

essa informação está inserida e quem tem interesse por ela. Com isso, “a leitura documentária insere-se no contexto da Organização da Informação. Lê-se para condensar textos e representá-los com a finalidade de inserir as representações em sistemas que serão interrogados” (Kobashi; Santos, 2011, p. 135).

Piovezan (2017), aborda três concepções de leitura: o modelo ascendente, descendente e interativo. Em relação ao modelo ascendente, há a noção de leitura como forma de decodificação de um código, requerendo do leitor a habilidade técnica de identificar os caracteres e sua relação linear, sem considerar a possível interação entre texto e leitor. De acordo com a autora (2017, p. 243), essa concepção tem visão estruturalista da linguagem, preso ao significado:

neste modelo centrado no texto, se considera que o leitor realiza um processo ascendente e sequencial de identificação e retirada do significado do texto para sua apreensão, partindo das partes para seu todo e realizando processos indutivos em que recebe o significado do texto (Piovezan, 2014, p. 243).

Com isso, pode-se identificar os segmentos textuais que demonstram a construção da proposição pelo autor “[isolando] os Traços Descritivos portadores de informações ‘significativas” (Cunha, 1987, p. 56), sendo esses traços a função do léxico que são ordenados a partir da visão descritiva externa para a visão interpretativa interna, “baseada na observação de relações entre termos da descrição, de recorrência, equivalência, oposições, paralelismo, simetrias, inversões etc.” (Cunha, 1987, p. 56), relações que só podem ser visualizadas quando se tem a totalidade do documento. É a partir dessa ordenação que é possível inferir como o autor construiu o discurso.

Já no modelo descendente, ocorre a interação com o leitor, visto que este realiza processos dedutivos e parte do conhecimento extralinguístico, a leitura é realizada a partir das unidades significativas e é complementada com conhecimentos prévios do analista.

Referente ao conhecimento prévio, Cintra (1987) o vincula a teoria dos “esquemas”, sendo unidades que organizam sequências de eventos, considerados pela autora as referências mentais que o bibliotecário detém, tanto linguísticas quanto conceituais, em que o trabalho de leitura é orientado pelas sequências significativas, “o leitor que domina as superestruturas textuais, capta com mais facilidade as ideias centrais do texto, pois tem como parâmetro a

identificação dos constituintes básicos” (Cintra, 1987, p. 31). Nessa linha, Kobashi e Santos (2011, p. 137) afirmam que, a partir do reconhecimento da tipologia documental e da segmentação da estrutura, “cada texto [...] pode ser desconstruído, condensado e reconstruído como representação”.

Dessa forma, ao definir a estrutura textual das várias espécies de texto, a Linguística textual possibilita à área de Análise Documentária conhecer e utilizar essas estruturas no momento da indexação, uma vez que o conhecimento da organização textual possibilita ao indexador identificar quais as partes que determinado texto apresenta, bem como, o conceito pertencente a cada parte. Outrossim, esse conhecimento permitirá que o indexador faça a indexação do documento realizando uma leitura mais rápida (Silva; Fujita, 2004, p. 152).

Somado a isso, Silva e Fujita (2004) relacionam os aspectos da tematicidade, linguísticos e lógicos no processo de leitura documental. Em relação à tematicidade, há a questão do *aboutness* sendo a “compreensão individual, intrínseca, do assunto tratado em um documento, sua interpretação, também individual, e sua tradução em termos (descritores ou palavras) de indexação [...], logo é o processo de sumarização do conteúdo, em que os assuntos são descritos em conceitos (Naves, 1996) através da análise conceitual que está diretamente ligada à identificação de sua estrutura temática.

De acordo com Moreiro González (1994), é possível relacionar os aspectos linguísticos nas três etapas da indexação, em que a primeira consiste em uma leitura-análise com intuito de identificar o conteúdo do documento e como ele está distribuído; na síntese, ou no levantamento de palavras-chave, em que o enunciado é sumarizado; e na representação que é a re-expressão de maneira a possibilitar a comunicação entre usuário/texto (Moreiro González, 1994), assim “representar, nesse contexto, é retirar aspectos significativos que permitem identificar o conteúdo ou a forma do documento para recuperar a informação” (Almeida, 2011, p. 104).

Dessa maneira, os aspectos linguísticos podem ser relacionados com o ato de leitura, em que há interpretação da estrutura da informação, codificação e decodificação do discurso, e no momento de tradução, em que se passa de uma linguagem natural para uma linguagem controlada.

Nesse sentido, Moreiro González (1994) evidencia que é a partir da língua que são derivadas as ferramentas utilizadas nos sistemas de informação para armazenar, organizar e recuperar os documentos e para processar a própria

língua, por isso é preciso ter conhecimento das estruturas gramaticais, solucionar as sinonímias, realizar inferência com o conhecimento colateral, intercambiar informações entre homem e máquina, para além da representação, ou seja, a interpretação da significação e do sentido é fundamental, pois é preciso, antes de efetuar qualquer processo de análise e representação, compreender o que está sendo dito.

A interpretação do conteúdo é pautada por aspectos lógicos que permitem identificar informações significativas na construção do discurso. Segundo Silva e Fujita (2004), a análise documentária pode apoiar-se na Lógica Formal, que “é caracterizada pelo estudo das formas de argumentos” (Silva; Brito, 2020, p. 89), em que um argumento é composto por enunciados que contém premissas e conclusões. De acordo com Monteiro e Giraldes (2008), a Lógica Formal divide-se em três instrumentos: conceito, juízo e raciocínio, em que o conceito é o ato de ter uma ideia sobre algo, juízo é a relação entre os conceitos em um enunciado (as premissas) e o raciocínio é a conclusão que se chega com base nos conceitos.

Nos processos de indexação, a Lógica “[...] atua dentro da própria estrutura da linguagem, a partir das instruções semânticas, para fixar o significado” (Monteiro; Giraldes, 2008, p. 18), assim “[...] o tesouro é ao mesmo tempo instrumento e linguagem de indexação, e sua estrutura compõe-se de instruções linguísticas, estabelecendo relações semânticas ao objeto indexado” (Monteiro; Giraldes, 2008, p. 23). Dessa forma, o aspecto lógico vai além da interpretação, perpassando a maneira como a informação é representada, na escolha de palavras-chave, à base terminológica, e conseqüentemente sua tradução, que melhor exprime o conteúdo do documento para posterior recuperação.

No processo interativo, por sua vez, há a questão da cognição, “essa perspectiva voltada à compreensão da leitura implica em que o significado do texto é construído pelo leitor de modo relacional, pois o texto escrito oferece diferentes possibilidades interpretativas” (Piovezan, 2017, p. 243), logo o sentido não está depositado no texto, mas depende da leitura para que seja produzido, ou seja, o sentido e a significação estão alinhados aos múltiplos recortes do discurso.

Para isso, o leitor deve ativar modelos mentais que são apreendidos em sua vivência pessoal, “para a realização da leitura documental o bibliotecário irá ativar seu conhecimento prévio, [...] que pode ser linguístico, textual, conhecimento de mundo e profissional, e suas estratégias de leitura” (Piovezan, 2017, p. 247). Além disso, é preciso analisar que o processo de leitura requer uma interpretação ancorada na configuração do discurso, o qual é responsável pela condução temática e, conseqüentemente, ordena a importância e implicação dos conceitos selecionados.

De acordo com Moreiro González (1994, p. 208, tradução nossa), a compreensão do conteúdo implica na atuação simultânea de várias estruturas cognitivas, sendo: “1) o processo de percepção dos dados que são fornecidos e as proposições”; 2) “sistema de conhecimento geral interativo, adquirido mediante a experiência pessoal [...]”; 3) “modelo de situação para representar a memória do documento concreto”, em que o sistema de conhecimento é definido por meio do conhecimento léxico, estruturas informacionais e aportes pessoais como interesse, intenção, emoção, e o modelo de situação é representado pelas características da expressão concreta, macro e superestrutura e coerência da estrutura proposicional.

Através de uma estrutura e seguindo os objetivos determinados representamos um discurso com características semânticas-pragmáticas especiais. Que, ademais, surge como consequência dos propósitos comunicativos da ciência, e das intenções e motivações científicas do documentalista que busca uma interação com os possíveis destinatários (Moreiro González, 1994, p. 208, tradução nossa)

Ademais, os aspectos cognitivos têm relação com a representação do conhecimento, esquemas, unidades cognitivas, organização do conhecimento, compreensão e estrutura do texto, estruturas semânticas e esquemáticas do texto, logo o processo cognitivo utilizado no momento de leitura é, conforme apontam Silva e Fujita (2004, p. 153), ao citar Monday (1996), que o “conhecimento sobre a estrutura textual, visando identificar a informação que considera relevante”; o que indica que “[...] o conhecimento prévio sobre o assunto do texto; e a recuperação de esquemas de compreensão formados com sua experiência de vida que o permite inferir sobre o assunto abordado”, isto é, o assunto e a rede temática do texto se revelam no discurso, consoante uma abordagem de curadoria do profissional ao realizar a análise do documento.

Nesse contexto, Reis (2017) salienta que as variáveis que envolvem a leitura são: o **domínio**, com o ponto de vista tanto do autor como do leitor, **conhecimento prévio** dos profissionais e **tipo de documento**, em que são reconhecidas as estruturas de gênero textual e composição do enunciado do documento.

Logo, a leitura documental é pautada na identificação da tipologia textual e, a partir dela, de sua estrutura na qual será retirada os esquemas significativos que serão traduzidos para uma linguagem controlada, além do conhecimento colateral do leitor.

De acordo com Cunha (1987, p. 38), “esta passagem de um texto original para um tipo de representação é uma operação semântica”, para a autora, a linguística tem muito no que contribuir para a análise documentária, tanto no reconhecimento das relações paradigmáticas e sintagmáticas como na formulação de campos semânticos na estruturação e elaboração das linguagens documentárias, além do estudo dos elementos da filologia – estudo diacrônico e sincrônico dos vocábulos – assim como da lexicografia e lexicologia – organização e estruturação da linguagem – na tradução de uma linguagem natural (LN) para uma linguagem controlada (LD).

Essa concepção parte da proposta estruturalista da língua, na qual as unidades linguísticas obedecem a princípios de funcionamento que constitui um todo coerente, ou seja, um elemento linguístico só adquire valor quando se relaciona com outro elemento, formando assim uma estrutura (Martelotta, 2011).

Em suma, reconhece-se que as discussões teóricas que giram em torno da leitura documental estão fundamentadas em um modelo estruturalista e formalista de análise e interpretação de texto, preso ao enunciado e pouco avalia os impactos do sentido e da significação que se manifestam na enunciação e no discurso, por isso a atividade de indexação no que se refere à leitura e à escolha dos termos ainda está fundamentada nas diretrizes epistemológicas da linguística estrutural e da formal.

Com isso, a análise semântica da totalidade do texto é prerrogativa para ratificar os termos escolhidos, todavia a escolha dos termos e seu uso na indexação, ou seja, sua aplicação na elaboração dos objetos informacionais demonstram uma concepção formalista de que a palavra evoca o significado por si. Tal posicionamento, muitas vezes, justifica-se por uma concepção da lógica,

contudo a lógica explora referência e sentido; referente e predicação; constituição do percurso do raciocínio entre linguagem e realidade, ou seja, a abordagem estrutural e formal não segue os parâmetros da lógica para a constituição semântica.

3 LINGUÍSTICA DISCURSIVA: LEITURA E INTERPRETAÇÃO DOS ARGUMENTOS

O processo de indexação envolve algumas etapas de trabalho especializado para o seu pleno desenvolvimento. A escolha de palavras-chave que exercem a função de representar os principais conceitos de um documento é a parte final, embora seja a parte mais delicada e complexa, principalmente no que tange à relação linguagem natural, linguagem especializada, vocabulário aplicado ao sistema informacional para controle de acesso e recuperação.

Frente a isso, entende-se que é importante discutir outras etapas que perfazem o processo de indexação, no caso desta pesquisa, destacam-se os mecanismos de leitura e interpretação do documento, o qual é fundamental para que a escolha do profissional da indexação seja orientada, além de normas e políticas de indexação, por um percurso de sentido eficaz no tratamento do conteúdo do texto.

Ao apontar a discussão para o texto, é importante destacar que muitas correntes teóricas podem ser aplicadas, visto que um texto envolve fatores linguísticos de ordem estrutural, formal, transformacional, funcional, semântica, pragmática, semiótica, discursiva, gênero, tipologia, cognitiva, social, política, cultural, filosófica, histórica, psicológica, tecnicista, entre tantos outros fatores.

Além disso, para explorar os fatores que envolvem o universo do texto é preciso ter em conta que um texto possui camadas de sentido e significação, somado ao fato de que esses fatores podem ser reconhecidos na totalidade do texto, ou em sua abordagem específica, ou seja, é possível promover novos sentidos consoante o recorte dado, ou a direcionalidade aplicada. Por isso, muitos textos escritos sob uma determinada motivação assumem outras características de sentido quando inserido em novos contextos.

Diante desses fatores, o objetivo desta seção é discutir alguns fundamentos técnico-teóricos de abordagens linguísticas voltadas para o texto, mais especificamente voltadas à linguística discursiva, que envolve a semântica

argumentativa e a linguística textual e, assim, demonstrar caminhos para efetuar leituras e interpretações sustentada por estratégias ligadas ao tratamento do enunciado, da enunciação e da disposição dos argumentos. Para tanto, fundamentou-se essa análise na produção de Beaugrande e Dressler (1997); van Dijk (2019, 2020); e Ducrot (2020).

Tratar o texto nesse nível de análise não é uma tarefa das mais fáceis, principalmente no teor de uma discussão em nível científico, o qual permeia fundamentações teóricas, mas também há a expectativa relacionada a propostas de métodos, práticas, roteiros, modelos, estratégias ou instrumentalização para extrair do texto um amparo de sentido ou de significação satisfatório. No entanto, a interpretação de um texto é resultado do *background* explorado e do direcionamento executado.

No caso da da leitura documental, como um dos estágios que compõe o complexo processo de indexação, a interpretação apresenta um enfoque mais restrito, ou seja, trata-se de uma análise que gira em torno de recortes temáticos e reconhecimento de conceitos principais para que esse texto seja recuperado em uma posterior situação.

Uma tarefa de leitura aparentemente fácil, todavia os desdobramentos da seleção de termos aplicados em um sistema informacional com a função de representar um determinado documento implica não apenas no assunto, ou na ideia central, pois é importante que esse processo facilite o acesso do usuário, e as buscas têm se tornado mais específicas, principalmente diante de tanta produção informacional.

Nessa linha, recuperar um documento, caso ele não seja uma busca específica, centrada no autor, texto ou produção, isto é, recuperar um documento pelo assunto nem sempre é satisfatório, pois a indexação é um procedimento ancorado nas escolhas de termos recorrentes naquela área do conhecimento e não um procedimento que visa à identificação dos discursos e das abordagens frente a tantas opções.

Portanto, a fim de repensar a práxis que envolve o procedimento de indexação, entende-se que a representação do documento pode ampliar sua abordagem em direção aos aspectos textuais e discursivos que conduzem o sentido e a significação, logo uma análise que não se limita a representar elementos linguísticos inerentes à forma, mas que haja um nível de acesso ao

conteúdo, desse modo é possível falar de representação conceitual em sua capacidade cognitiva.

Assim sendo, é preciso reconhecer que o texto se constitui por suas marcas formais, como gênero textual, tipologia textual e recursos linguísticos que combinados evidenciam o estilo de composição das sentenças, por conseguinte a progressão temática (Beaugrande; Dressler, 1997). Somado a isso, um texto apresenta marcas de informatividade, essas são evidenciadas, registradas no enunciado, através de estrutura linguística que uma determinada língua possui, ou seja, fatores equivalentes a morfologia e a sintaxe, e a relação entre esses fatores na construção da concatenação do texto (Beaugrande; Dressler, 1997).

Graças a esses fatores, é possível indicar no texto o que perfaz o enunciado e a enunciação, por isso o sentido e a significação de um texto, sob a análise da linguística funcionalista, são decorrentes de fatores semânticos, pragmáticos, textuais e discursivos. Consoante Ducrot (2020, p. 8), “[...] o ponto de contato do dizer no dito está fundamentado antes de tudo na ideia de ato de linguagem: se o sentido de um enunciado alude à sua enunciação [...]”, o que o configura como a “[...] medida em que o enunciado é ou pretende ser a realização de um tipo particular de ato de linguagem”.

Ademais, a teoria dos atos de linguagem está alinhada à teoria da polifonia e, assim, estabelecem um sentido sobre a alteridade, ou melhor, um texto apresenta diversos sentidos, porque à presença do outro, são várias vozes que emanam de um texto, visto que o enunciado pode ser escrito por seu autor, mas os discursos se realizam socialmente, na contínua interação com o outro. Diante disso, a polifonia também retrata fatores históricos, políticos, culturais, ideológicos, científicos à medida que o sentido se constrói no enunciado, nas marcas do não-dito, do implícito, do acarretamento, do pressuposto navegam nas camadas da enunciação.

Com isso, indicar “[...] qual é a significação do enunciado, fora de suas ocorrências possíveis, implica ultrapassar o terreno da experiência e da constatação, e estabelecer uma hipótese” (Ducrot, 2020, p. 13). Esse contato inicial com o texto é direcionado ao reconhecimento dos elementos do enunciado, portanto é uma primeira análise de cunho heurístico, ou seja, “acreditar que seja possível evitar essa dificuldade, apoiando-se em uma espécie de experiência imaginária que consiste em tentar representar o efeito casual do

enunciado, caso este fosse produzido fora do contexto, é enganar-se a si mesmo” (Ducrot, 2020, p. 14).

O enunciado pode ser definido como “[...] a unidade de comunicação elementar, uma sequência verbal investida de sentido e sintaticamente completa [...]”, como também pode ser como a “[...] realização de uma frase em uma determinada situação” (Charaudeau; Maingueneau, 2020, p. 196), assim um mesmo enunciado pode proporcionar diversos sentidos, embora um enunciado seja um sequência enunciada e marcado pelos elementos que compõem essa sequência, o contexto, a direcionalidade, o recorte (focalização) e o conhecimento de mundo dos interlocutores podem influenciar a compreensão da sentença.

O enunciado ainda pode “em seu modo singular de existência (nem absolutamente linguístico nem exclusivamente material), ele é indispensável para que se possa dizer se há ou não frase, proposição, ato de fala [...]”, desse modo é o enunciado que possibilita a condição de análise que perpassa em “[...] dizer se a frase é correta (ou aceitável, ou interpretável), se a proposição é legítima e bem formada, se o ato de fala está conforme os requisitos e se foi bem efetuado” (Charaudeau; Maingueneau, 2020, p. 197).

Frente a esses apontamentos, reconhece-se que no enunciado há a presença do linguístico e do retórico e, através destes, proporcionam-se os efeitos de sentido, aquele ancorado no significado dos elementos linguísticos que compõem o enunciado, a combinação entre esses elementos, como também aquele disposto do efeito retórico, que abrange fatores de intencionalidade, direcionalidade, tematização, aspectualização, focalização ou recorte, nos quais há a incidência de fatores extralinguísticos, responsáveis pela formatação do contexto e da amplidão do *background* (Beaugrande; Dressler, 1997). Sendo assim, o sentido se realiza no enunciado; por sua vez, a significação se verifica na enunciação.

A enunciação “[...] constitui o pivô da relação entre a língua e o mundo: por um lado, permite representar fatos no enunciado, mas, por outro, constitui por si mesma um fato, um acontecimento único definido no tempo e no espaço” (Charaudeau; Maingueneau, 2020, p. 193). A enunciação transparece os fatos atrelados ao ato de enunciar, isto é, é na enunciação que se espalha a

intensidade e a abrangência da intencionalidade e da direcionalidade (Beaugrande; Dressler, 1997).

Se o enunciado marca linguisticamente as fronteiras semânticas na abordagem temática, no recorte do foco, é na enunciação que a aspectualização se revela e demonstra que a significação tem condições de ir para além, consoante a recuperação de conhecimentos evocados e da extensão do *background*, por isso a enunciação é inerente à cognição.

Outrossim, a enunciação alinha-se ao discurso e se realiza como “[...] acontecimento em um tipo de contexto e apreendido na multiplicidade de suas dimensões sociais e psicológicas” (Charaudeau; Maingueneau, 2020, p. 194), além disso a enunciação se revela através de dêiticos, e nela eles são revelados como condutores do discurso e neles surgem as implicações de certos fatores da aspectualização do texto.

Pertencente a essa esfera de significação, a concatenação do texto é um resultado da lógica entre texto e circunstância de enunciado. Com isso, há o pressuposto, o posto e o subentendido. Nessa linha, uma informação inserida na enunciação como pressuposta, todos os envolvidos no ato de fala não podem deixar de aceitá-la, ou seja, “se o posto é o que afirmo, enquanto locutor, se o subentendido é o que deixo meu ouvinte concluir, o pressuposto é o que apresento como pertencendo ao domínio comum das duas personagens do diálogo” (Ducrot, 2020, p. 21).

Somado a isso, “[...] o posto se apresenta simultaneamente ao ato da comunicação, como se tivesse surgido pela primeira vez, no universo do discurso; no momento da realização desse ato” (Ducrot, 2020, p. 21). Diante disso, importante destacar que analisar a enunciação, o argumento, o discurso é uma esfera além de uma análise semiológica do signo, pois o posto não garante que em qualquer enunciado o efeito de sentido retrate fielmente o significado, pois a sentença ressignifica a expressão e pode afetar ao conteúdo. É na cópula da frase que ocorre a significação e a informação se materializa em enunciado.

Por sua vez, o subentendido, diferentemente do posto, “[...] ocorre em momento posterior a esse ato, como se tivesse sido acrescentado através da interpretação do ouvinte” (Ducrot, 2020, p. 21). Desse modo, o subentendido se consolida na esfera da enunciação, pois sua confirmação pelo ouvindo se

configura através de uma resposta, a qual não é marcada no enunciado, mas sim se apresenta frente ao conhecimento que os interlocutores possuem sobre a circunstância, ou seja, como se apresenta o *background*.

De sua parte, a pressuposição é uma informação existente, porém não é materializada no enunciado dito, mas pertence à esfera do já-dito, ou melhor, é uma informação referente a um conhecimento experimentado, mas não é verbalizada no ato de fala. Importante destacar que é comum aos seres humanos, conforme sua familiaridade ao contexto, somado ao fato de que algumas línguas possuem sistemas que permitem economizar informações no nível da comunicação para acelerar a interação, assim a pressuposição é um fenômeno constante na enunciação presente na interação dos discursos.

Portanto, evidencia-se que “ocorre que o subentendido reivindica a possibilidade de estar ausente do próprio enunciado e de somente aparecer quando um ouvinte, num momento posterior, refletir sobre o referido enunciado” (Ducrot, 2020, p. 21). Já o posto se apresenta como contribuições próprias do enunciado.

Por fim, a pressuposição apresenta uma dupla constituição, pois já foi presente no enunciado em algum momento passado, mas alinhada a um posto, os interlocutores recuperam na enunciação, porém há a possibilidade de retornar ao enunciado frente à renovação informacional do posto, ou frente à necessidade de aplicação de metalinguagem.

Contudo, a pressuposição também está alinhada a um fator linguístico, portanto a motivação do conhecimento pressuposto está no enunciado, isso faz com que o pressuposto esteja “[...] ligado ao próprio enunciado, bem como aos fenômenos sintáticos gerais, um produto do componente linguístico” (Ducrot, 2020, p. 26). Além disso, o pressuposto “[...] pertence antes de tudo à frase: ele é transmitido da frase ao enunciado na medida em que esse deixa entender que estão satisfeitas as condições de emprego da frase do qual ele é a realização” (Ducrot, 2020, p. 35).

Frente a isso, evidencia-se que o pressuposto não é uma categoria constante, mas sim um pode-vir-a-ser, para a consolidação dos aspectos científicos, isso pode ser um desconforto, já que se torna bastante difícil evidenciar um padrão.

Por outro lado, para os procedimentos de interpretação, o pressuposto é a chave para se debater a dificuldade em evidenciar o limite da interpretação realizada no enunciado e da interpretação que se realiza na enunciação, justamente porque o enunciado pode ser construído à base de um pressuposto ancorado nos elementos linguísticos e estes acionam, ainda no enunciado, outro recurso linguístico, como por exemplo a temporalidade verbal que manifesta uma ação contínua no presente, evidenciando, logicamente, que essa ação se realizara no passado.

Contudo, o pressuposto também pode se realizar fora do enunciado, fora da lógica das relações linguística, pois o pressuposto pode se realizar consoante o *background* dos interlocutores, como o anúncio de uma expressão que retoma um evento e este nem exige que os interlocutores tenham acesso no mesmo período, episódio e com os mesmos detalhes informacionais, como por exemplo um evento histórico ou um conhecimento científico.

Concomitantemente a isso, outro ponto fundamental para a orientação do *background* na condução da interpretação é o contexto. O contexto não é um conceito fácil de definir, para van Dijk (2020, p. 10), o contexto “[...] tem base no conhecimento de mundo, mas não é a mesma coisa que o conhecimento do mundo”. Ponto importante para refletir sobre apontamentos que se confundem com o imaginário popular, o conceito não é pano de fundo em todas as circunstâncias, ele é um dos elementos que direcionam a interpretação, mas não o condutor central, tampouco o contexto é o próprio *background*.

O contexto é ativado consoante uma situação comunicativa, além disso pode ser um contexto extralinguístico, como também pode haver um contexto linguístico. Em muitas circunstâncias é o objeto, o fenômeno ou o evento que condicionam ou validam as informações a serem determinantes em um contexto, portanto delimitar as camadas de interação do contexto é fundamental para efetuar uma interpretação mais eficiente (Van Dijk, 2010).

Assim, os contextos “[...] não são um tipo de condição objetiva ou de causa direta, mas antes construtos (inter)subjetivos concebidos passo a passo e atualizados na interação pelos participantes enquanto membros de grupos e comunidades” (Van Dijk, 2020, p. 11). Outrossim, os contextos são simulacros que evocam parte da cena em que o fato ocorreu, ou seja, aquilo que evocado, aciona o conhecimento através do discurso, desse modo o contexto é organizado

pelos fatores presentes no enunciado e na enunciação. Somado a isso, “se os contextos fossem condições ou restrições sociais objetivas, todas as pessoas que estão na mesma situação social falariam do mesmo modo” (Van Dijk, 2020, p. 11).

Os contextos são construídos consoante a experiência dos interlocutores, visto que a linguagem não é a realidade, mas sim a representação, a mediação e a descrição da realidade, quanto mais informações sobre o objeto, sobre o fenômeno ou sobre o evento forem recuperadas, organizadas e analisadas em um processo cognitivo, mais detalhes um determinado contexto vai conseguir emular.

Nessa linha, os conceitos estão correlatos a situações, a circunstâncias, ou ao entorno, mas também àquilo que é percebido e registrado, por isso “a contextualização é um componente fundamental de nosso entendimento da conduta humana” (Van Dijk, 2020, p. 21). Sendo assim, os contextos “[...] são um tipo específico de modelo da experiência”, ou seja, são “[...] modelos mentais que representam situações comunicativas [...]”, além de serem “[...] um tipo especial de modelos mentais que as pessoas constroem passo a passo das situações e entornos de suas vidas diárias” (Van Dijk, 2020, p. 35), conseqüentemente denominados de modelos de experiência, ou ainda, contextos são aprendidos e reproduzidos em novos discursos.

Com isso, entende-se que o texto é uma ação discursiva fechada em sua materialidade, todavia aberta em sua possibilidade de desdobrar discursos e conhecimentos. O texto é fechado em seu enunciado, contudo a enunciação permite evocar ramificações plurais na interpretação do texto, conforme permitir e possibilitar o *background*. Nessa perspectiva, as informações ganham sentido e transformam a significação, pois há um modo cognitivo de compreensão e produção, por isso a tradução de informação, sempre é um processo muito complexo.

A fim de organizar o modo cognitivo, van Dijk (2019) propõem um modelo estratégico, no qual ele aponta o *script*, o *frame*, a estratégia e o modelo, os quais são espécies de direcionamentos para que a interpretação se feche naquilo que é denominado de coerência.

As estratégias “[...] são como hipóteses operacionais eficazes sobre a estrutura e significado corretos de um fragmento de texto e podem ser

desconfirmadas em processamentos subsequentes” (Van Dijk, 2019, p. 23). Ademais, “a análise estratégica depende não somente das características textuais, como também das características do usuário da língua, tais como seus objetivos e conhecimento de mundo”. De todo modo, isso evidencia que há uma tentativa de reconstrução do sentido por parte do leitor e este será responsável pelo destaque, seleção e intensidade perceptiva ao interpretar o texto, ou seja, essa reconstrução não estará focalizada somente no significado intencionado do texto, como também “[...] sinalizado de diversas formas pelo autor, no texto e contexto – como também um significado que diga mais respeito aos seus interesses e objetivos” (Van Dijk, 2019, p. 23).

Desse modo, as estratégias “[...] são parte de nosso conhecimento geral; elas representam o conhecimento procedural que possuímos sobre compreensão de discurso”, assim evidencia-se que “elas se constituem em um conjunto aberto. Necessitam ser aprendidas e reaprendidas antes de se tornarem automatizadas” (Van Dijk, 2019, p. 23).

O modelo, também reconhecido como modelo situacional, o qual atualiza a memória episódica correlacionando-a a uma base textual e a um ativador de conhecimento, ou ativador de experiências. Dessa maneira, trata-se da “[...] representação cognitiva dos acontecimentos, ações, pessoas e, de forma geral, a situação sobre a qual o texto se baseia” (Van Dijk, 2019, p. 24).

Os *frames* e os *scripts* são formas de organização que resultam nas estratégias de uso do conhecimento, além de efetuarem organizações em esquemas proposicionais e relações estruturais, assim efetivando a macroestrutura, ou melhor, o nível textual em que se organiza a coerência do conjunto de informações aplicado.

A macroestrutura é “[...]a informação semântica que fornece esta unidade global ao discurso”, sob a qual incide o princípio de funcionalidade, assim a macroestrutura de um discurso “[...] deve ser uma função dos respectivos significados de suas sentenças”, ou seja, “[...] é uma espécie da transformação semântica, projetando sequências de proposições do texto sobre sequências de macroproposições, nos níveis mais gerais, abstratos ou globais do significado”, assim “[...] essas projeções são operações que selecionam, reduzem, generalizam e (re)constroem proposições em outras proposições menores, mais gerais ou mais particulares.

Os *scripts*, por sua vez, são o conhecimento de mundo modelizado em práticas de enunciados, já que reproduzem proposições e sentenças configurados conforme a coerência pressuposta frente a um determinado contexto. Isso evidencia que os *scripts* atuam como mecanismos de enunciação responsáveis pela ativação do conhecimento associado a modais de interpretação, ou seja, os *scripts* são operações cognitivas prototípicas, socialmente partilhadas e armazenadas na memória (Van Dijk, 2019). Os *frames*, por sua vez, “[...] são unidades de conhecimento, organizadas segundo um certo conceito” (Van Dijk, 2019, p. 78). Com isso, entende-se que os *scripts* estão alinhados ao comportamento e à conduta.

Os *frames* estão relacionados ao conceito e sua dimensão na construção do conhecimento sobre um determinado objeto, fenômeno ou evento. Frente a isso, os *frames* são “[...] o conjunto de unidades epistemológicas que temos sobre livros, bolas e bananas [...]”, assim “durante a (inter)ação, a pessoa vai gradativamente construindo os traços relevantes do contexto e as mudanças para os estados contextuais subsequentes”, o que leva a entender que a pessoa “[...] estará consciente não apenas das características globais do contexto social, do *frame* e seus componentes como também das ações de fato realizadas nesses contextos e *frames* (Van Dijk, 2019, p. 89).

Diante desses fatores, reconhece-se que a análise da estrutura do texto e o apontamento de elementos que permeiam a sua interpretação não podem ser tratados como fatores da mesma natureza. Além dos fatores referentes ao enunciado e à enunciação, também há a incidência do contexto e como os aspectos semânticos e pragmáticos aplicados à macroestrutura efetuam a coerência.

Ademais, há a incidência dos fatores cognitivos na interação com o conjunto de informação presentes no texto e na organização de sua macroestrutura, assim entende-se que as experiências, o conhecimento linguístico e o *background* interferem no resultado da interpretação, já que proposições incidem sobre proposições e, com isso, pode-se, através da focalização, da direcionalidade, da aspectualização e da tematização, promover recortes, como ainda inserir ou evitar conjuntos informacionais que podem ser recuperados pela enunciação e pelos discursos. Assim, esses fatores devem estar presentes no processo que envolve a leitura documental.

4 LINGUÍSTICA FUNCIONALISTA E INDEXAÇÃO: ANÁLISE DA DISCURSIVIDADE

A indexação é um processo importante para garantir a recuperação da informação, desse modo sua relação com o documento está fundamentada na análise e tratamento profissional, no qual ocorre a **leitura documental**, uma leitura especializada a fim de identificar termos cuja função é especificar conceitos que retratam a construção do conhecimento articulado no documento. Para efetuar essa atividade, o processo de indexação se utiliza de uma linguagem profissional, denominada de linguagem documentária.

Muitas produções científicas como Cunha (1987); Cintra (1987); Lara (2001, 2004a, 2004b, 2008, 2009, 2011) têm explorado a aplicabilidade da linguagem e, assim, aproximam-se de abordagens linguísticas voltadas para a escola estruturalista: em destaque, Saussure, Hjelmslev, Barthes e Greimas; e para escola formalista, em que se reconhece influência de Bloomfield, Frege e trabalhos do círculo de Viena e; nessa expansão, a abordagem transformacional, que aponta os fundamentos da gramática gerativa defendida por Chomsky.

Desse modo, entende-se que o aparato teórico que fundamenta o processo de indexação está ancorado nessas linhas, portanto enviesado na perspectiva de que a palavra é forma e carrega nela toda a possibilidade de sentido e significado, haja vista as principais teorias de terminologia aplicadas, seja pela abordagem formalista de Wüster (Teoria Geral da Terminologia), seja pela abordagem social proposta por Cabré (Teoria Comunicacional da Terminologia), ambas, a seu modo, entendem que a influência linguística se limita à forma, pois restringem a linguagem a ser condutora do significado convencionalizado socialmente, descartando os fatores da pragmática e da semiótica na constituição do sentido e da significação.

De acordo com Hjørland (2002), a representação de um domínio do conhecimento, através dos tesouros, se utiliza expressões linguísticas para recuperar objetos linguísticos, como cita Liddy utilizado pelo autor.

Aplicando como exemplo a área de química, Hjørland (2002) aponta que sua terminologia é mais realista se comparada com a das ciências humanas, pois a nomenclatura descreve a organização dos elementos ou atribui um nome

popular, como o local de origem, que reflete a composição da substância, por exemplo, “sal mediterrâneo”. O que enreda nas ciências humanas é a falta de um glossário controlado, assim como a dificuldade em representar integralmente o significado em um termo, como nas fórmulas químicas.

Para Ammon, citado por Hjørland, as chamadas *language for special purpose* (LSP) podem variar de distância para a linguagem comum, ou seja, essa variação depende do uso na esfera do trabalho em que é utilizado e do uso comum pela sociedade que é o de consumo, esse é um ponto importante a se pôr em evidência nas discussões sobre o processo de representação da informação, pois o sentido e a significação se constroem no discurso conforme a sua funcionalidade.

O documento indexado recebe uma identificação no sistema informacional como é descrito pelas linguagens documentárias e como o usuário (ideal) busca pelo objeto informacional, pois “o princípio fundamental dos LSP é determinar de um lado diferentes grupos com diferentes necessidades comunicativas, e por outro um princípio de economia, que reduz o uso de informação redundante” (Hjørland, 2002, p. 444).

Nessa perspectiva, evidencia-se que o processo de indexação se orienta pela linguagem documentária, portanto a leitura documental é reflexo dessa determinação. Ao invés disso, o adequado seria a realização de uma leitura crítica e direção ao sentido e à significação e, assim, a partir do resultado temático, apontar a rede de conceitos que melhor representa o documento a fim de não reduzir o texto ao significado do enunciado que se ajusta aos interesses de algumas comunidades discursivas.

Portanto, as LSP possuem abordagens comuns de acordo com Hjørland (2002, p. 445-446) como a produção de signos e significados nas diferentes comunidades discursivas que não são partilhadas com o resto da sociedade, mas que deve haver um grau comum de conhecimento e significado, assim como as diferentes tipologias e estruturas textuais, cuja relevância do ponto de acesso é especificado por meio de convenções como os modais do processo de indexação.

Com isso, todo domínio é influenciado por uma epistemologia que é comum às diferentes comunidades discursivas, as especialistas e as não especialistas, assim como a identificação da estrutura com suas informações

relevantes e complementares. Para descrever as informações e não ter perda de informações implícitas, recorre-se a análise do contexto, possibilitando uma descrição semântica.

Diante dessas situações, é válido destacar que esta pesquisa pretende viabilizar análises que avançam em direção à linguística funcionalista para ser aplicada à leitura documental e, por isso, elegeu-se a linguística discursiva, que promove aspectos de análise em convergência com a semântica enunciativa e a linguística textual.

Apontado esses fatores, é importante mencionar que, segundo Feijó (2023), a organização da mensagem se dá por meio de dois sistemas paralelos e inter-relacionados, a **estrutura da informação** e a **estrutura temática**. A primeira “está relacionada com a distribuição do conteúdo ao longo do texto, que acontece por meio da informação nova e dada” (Feijó, 2023, p. 24).

A informação dada é a presente no texto ou que já é de conhecimento do leitor, enquanto a informação nova, como o próprio nome indica, não é do conhecimento de quem realiza a leitura. Sendo assim, a estrutura da informação é guiada pelo receptor, em que o documento deve ter as informações organizadas de forma que seu interlocutor entenda o texto. Desse modo, “a estrutura temática está relacionada com as funções denominadas Tema e Rema. O Tema é o ponto de partida do texto, e o Rema é o que será desenvolvido sobre o Tema” (Feijó, 2023, p. 25).

Essas funções, em contrapartida, são direcionadas pelo escritor. Esse tipo de abordagem amplifica a análise, deslocando a interpretação para a significação decorrente da interação entre as partes do enunciado e seu impacto discursivo, não se restringindo a uma observação temática, que é impulsionada pelo reconhecimento de termos constituídos no interior dos temas, que muitas vezes é secundário ou terciário nos objetivos do discurso e comunicação científica.

Em relação ao artigo científico, Feijó (2023) reitera que este gênero é dividido em seções, e que por mais que formem um todo significativo, pois são interligadas, cada seção apresenta um propósito comunicativo específico que pode ser compreendida através de modais linguísticos, efetivados a partir das perguntas: quem? (ser), o quê? (tema), como? (modo), onde? (lugar) e quando (tempo), que de acordo com Silva e Fujita (2004, p. 150) “identificando essa

estrutura temática encontra-se o objetivo principal do texto, isto é, as informações relevantes, separando-as assim das acessórias”. Entretanto, Feijó (2023, p. 96) acrescenta que

cada estrutura possui uma forma e uma função, ou seja, que cada item linguístico veicula um sentido. O texto é a concretude de ideias e intenções do falante, logo analisá-lo sem levar em consideração o contexto que molda as produções escritas e orais é identificar apenas o que está explícito e superficial, mas sem compreender o uso e a dinamicidade da língua

À vista disso, fica manifesto que a área da Ciência da Informação lida com a estrutura temática como conhecimento à parte da linguística, sendo que na concepção de ideias e na manifestação do discurso precisa-se da significação, sentido e significado, oriundo do estudo das estruturas linguísticas. Logo, compreende-se que a CI tem muito a ganhar com as contribuições do estudo das linguagens, visto que a análise fundamentada na linguística funcionalista favorece o reconhecimento de intertextos e interdiscursos e, desse modo, permite o processo de categorização de modo interdisciplinar, já que valida a relação dos conceitos com outras áreas do conhecimento.

A partir da Linguística Funcionalista, tem-se a noção de **função**, “segundo a qual a língua é entendida como um sistema funcional, ou seja, passa-se a valorizar o uso da língua enquanto voltado para uma determinada finalidade. Isso significa dizer que a intenção do locutor, ao utilizar a língua, passa a ser fundamental para a compreensão da sua natureza” (Martins, 2009, p. 20).

Sendo assim, o funcionalismo na linguística tem como base o princípio das funções externas à linguagem e sua influência na estrutura gramatical, refletindo diferentes situações comunicativas, enfatizando a relação entre forma e função, tendo a função um sentido amplo, relacionando com a atividade social que tem como fim a interação entre os seres humanos (Martins, 2009).

Em relação à noção de função, pode-se destacar as concepções dos teóricos da Escola de Praga e o funcionalismo norte-americano. De acordo com Martins (2009), o estabelecimento de funções da linguagem tem como ponto inicial a proposta de Bühler em que há três funções: a representação, a de exteriorização psíquica e a de apelo. Dessa maneira, cada evento de fala conta com um emissor, receptor e mensagem. Os estudos da Escola de Praga enfatizam as funções internas e externas das unidades linguísticas, em que o

aspecto sistêmico e funcional estão interligados. Em contrapartida, a concepção norte-americana funcionalista propõe que a gramática é constituída a partir do discurso, compreendendo a língua como objeto maleável,

Em outras palavras, a gramática de uma língua [...] é concebida como um conjunto de regularidades que são convencionalizadas pelo uso concreto nas diferentes situações discursivas [...]. Logo, pode-se dizer que a Gramática Funcional amplia seu alcance para além dos fenômenos estruturais, uma vez que também analisa toda situação comunicativa (Martins, 2009, p. 29)

Sendo assim, tem-se que a gramática funcional é interdependente das expressões linguísticas e do contexto de interação em que são proferidas. Para tanto, Santos, Neves e Albuquerque (2020) relacionam o processo de indexação com a Semântica Discursiva, pois é através desta que se tem produção significativa de metadados no processo de análise:

Destarte, as linguagens documentárias são instrumentos de controle terminológico que podem ser empregados na etapa de tradução dos conceitos, visando facilitar a comunicação entre a linguagem dos usuários e a linguagem do sistema, mediante a padronização de termos para a descrição dos conteúdos dos itens informacionais. (Santos; Neves; Albuquerque, 2020, p. 120).

A semântica preocupa-se com as questões da significação a partir de fatores sintáticos, morfológicos e pragmáticos, “sob essa perspectiva, a linguagem é entendida como constituidora de saberes e sujeitos. Trata-se de uma perspectiva que considera o *sentido* como sendo de natureza conjuntural, dependente de fatores variados para se constituir” (Abrahão, 2018, p. 45).

Dessa forma, tem-se que o **sentido** não é atribuído apenas pela linguagem em comum, mas sim pelo contexto de produção e pelo uso, o sentido é construído com base nas inter-relações entre emissor, contexto, receptor e uso. “As análises puramente linguísticas sobre a significação pautaram-se no estruturalismo e na lógica formal. Começaram na palavra e terminaram na frase” (Abrahão, 2018, p. 50) sem considerar o falante como sujeito.

De acordo com Mari (1991), tem-se três momentos de construção do sujeito: a linguagem como condição, em que o sujeito depende do sistema linguístico para construir o discurso; condição para linguagem, em que o sujeito utiliza a linguagem para expressar seu mundo visível e possível, tendo a linguagem como instrumento e não somente como reprodução; e condição na linguagem, em que o sujeito está inserido em uma condição histórica e deve se

adequar a essas formações. Dessa forma, a abordagem metodológica da Semântica Discursiva busca desdobrar o sentido para além do exposto no texto, considerando também o sujeito que emite, o sujeito que recebe e o contexto em que essa informação está inserida.

O processo de indexação pode apresentar melhorias na representação da informação ao utilizar os preceitos da Linguística Textual e da Semântica Discursiva, isto devido à operação semântica de transformar o tema de um texto em conceitos que o descrevem. Para tanto, observa-se que a leitura, principalmente para fins de indexação, vai além da decodificação do texto em termos-chaves, sendo complementada com conhecimento prévio do profissional, seja no entendimento do tema como na relação entre outros documentos. Para complementar a exposição, apresenta-se a Linguística Discursiva e sua contribuição na leitura e interpretação dos argumentos presentes no texto.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a exposição, percebe-se que o processo de indexação tem se baseado no modelo descendente de leitura na qual há conhecimento prévio, conhecimento da tipologia documental e da superestrutura e a divisão em questionamentos modais nos campos temáticos, cronológicos, onomásticos, topográficos e identificadores (Gil Leiva, 2012), fazendo com que a representação da informação seja vinculada ao texto, tendo como termo descritor um componente lexical extraído diretamente da superfície textual, ou seja, prática fundamentada nas proposições teóricas da linguística estrutural e formal.

Assim, há como resultados a discussão sobre os procedimentos alinhados ao processo de leitura documental, visto que se reconhece um tratamento voltado para o enunciado e, assim, o apontamento de conceitos viabilizados por terminologia comum da área a ser explorada no documento. Frente a isso, a pesquisa demonstrou que explorar apenas o enunciado é ficar preso ao significado inerente à função lexical das palavras, quando muito recupera alguns tratados convencionalizados pelas comunidades discursivas. Desse modo, esta pesquisa realizou uma crítica a esse modelo de leitura.

Em outro ponto, evidenciou-se como resultado que em busca de uma recuperação da informação pleno, democrática e plural é preciso que a leitura seja realizada em direção ao sentido e à significação, pois, assim, é possível tratar o conteúdo crítico, complexo e profundo, já que não se limita à forma e à expressão do enunciado, explorando os implícitos e as implicaturas da enunciação, bem como o intertexto, o interdiscurso, a intencionalidade e os aspectos do contexto presentes na aspectualização do discurso.

Ademais, esta pesquisa demonstrou que ao relacionar o processo de indexação com as macrorregras de van Dijk (1992) para a compreensão da macroestrutura textual, o resultado é a evidência da coerência entre os temas apresentados pelo texto, ou seja, a análise de enunciado e enunciação permite a identificação de uma aspectualização temática e, assim, analisar a escolha lexical para a composição da rede semântica, além de reconhecer marcar de enunciação que efetivem o discurso em ato, ou seja, a intencionalidade, a focalização, a construção de cenários, de práticas, condizentes com determinados domínios discursivos.

Somado a isso, evidenciou a importância da análise de discursos durante a leitura documental para que sejam reconhecidos elementos informacionais pertinentes e relevantes para a constituição de intertextos, interdiscursos e, assim, a constituição de abordagens interdiscursivas, que são capazes de demonstrar a abrangência dos conceitos veiculados no documentos, ou seja, configurando um *background*, o qual afeta tanto a produção de objetos informacionais, como processos cognitivos dos profissionais da informação e dos usuários.

Além das contribuições proporcionadas pela aplicação de fundamentos inerentes à linguística funcionalista, esta pesquisa também constatou que a Ciência da Informação, em específico as atividades direcionadas ao tratamento informacional dos documentos, ao explorar o potencial da linguagem, seja natural, seja especializada, encontra-se em um dilema sobre as abordagens fundadas na linguística estrutural e formal por um lado; e alguns avanços em direção à linguística funcionalista, do outro.

Assim sendo, ratificam-se as dificuldades de sistematização de todas as etapas que envolvem a prática, o processo e o produto da indexação, já que sua

sequência não apresenta evoluções de atuação consoante a mesma linha epistemológica da linguística.

Por fim, esses resultados demonstram a base de uma crítica ao modelo de leitura documental presa ao enunciado e vinculada à linguística estrutural, formalista e transformalista, por isso apresenta discussões sobre a aplicação da linguística funcionalista, com isso deixando aberta a necessidade de desenvolvimento de estudos que demonstrem na prática como executar.

AGRADECIMENTOS

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, V. B. B. **Semântica, enunciação e ensino**. Vitória: EDUFES, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/6979/1/Sem%C3%A2ntica%2C%20enun%20cia%C3%A7%C3%A3o%20e%20ensino_vers%C3%A3o%20digital.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.

ALMEIDA, C. C. de. **Elementos de linguística e semiologia na organização da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

BEAUGRANDE, R-A.; DRESSLER, W. U. **Introducción a la lingüística del texto**. Trad. Sebastián Bonilla. Barcelona: Editorial Ariel, S.A., 1997.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário da análise do discurso**. Trad. Fabiana Komesu. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2020.

CINTRA, A. M. M. Estratégias de leitura em documentação. *In*: SMIT, J. W. (Coord.). **Análise documentária: a análise da síntese**. Brasília: IBICT, 1987. Cap. 2. p. 27-36. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1011/1/An%20c3%a1lise%20document%20c3%a1ria.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2023.

CUNHA, I. M. R. F. Análise documentária. *In*: SMIT, J. W. (Coord.). **Análise documentária: a análise da síntese**. Brasília: IBICT, 1987. Cap. 3. p. 37-60. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1011>. Acesso em: 27 fev. 2023.

DIJK, T. A. van. **Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva**. São Paulo: Contexto, 2012.

DIJK, T. A. van. **La ciencia del texto**. 3. ed. Barcelona: Ediciones PAIDOS, 1992.

DIJK, T. A van. **Cognição, discurso e interação**. Trad. Ingedore V. Koch. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

DIJK, T. A van. **Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva**. Trad. Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2020.

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de Linguística**. Trad. Izidoro Blikstein *et. al.* 10ª ed. São Paulo: Cultrix, 1998.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas: Pontes Editores, 2020.

FARACO, C. A.; TEZZA, C. **Oficina do Texto**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2003.

FEIJÓ, R. C. G. **A estrutura temática das seções introdução e conclusão em artigos acadêmicos: uma abordagem sistêmico-funcional**. 2023. 100f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/19703/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Rafaella%20Chaves%20Guimar%c3%a3es%20Feij%c3%b3%20-%202023%20-%20Completa.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

FIORIN, J. L. A noção de texto na semiótica. **Organon**, Porto Alegre, v. 9, n.23, 2012. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/organon/article/view/29370/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

FUJITA, M. S. L. A Leitura Documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **DataGramaZero**, v. 5, n.4, ago. 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5271111/mod_resource/content/1/7646%20FUJITA.pdf. Acesso em: 23 fev. 2023.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para formação de indexadores. **GramZero**, v. 7, n. 3, jun. 2006. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_f049f1e3fe_0007561.pdf. Acesso em: 11 abr. 2023.

GIL LEIVA, I. Aspectos conceituais da indexação. *In*: _____; FUJITA, M. S. L. (Ed). **Política de indexação**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012. Cap. 2. p. 31-105.

HJORLAND, B. Domain analysis in information science: eleven approaches. **Journal of Documentation**, v. 58, n. 4, p. 422-462. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249366184_Domain_analysis_in_information_science_Eleven_approaches_-_Traditional_as_well_as_innovative. Acesso em: 19 jul. 2023.

KOBASHI, N. Y.; SANTOS, C. A. M. dos. Leitura documentária: aspectos pragmáticos da recepção e condensação de textos para indexar e resumir.

Revista

EDICIC, v. 1, n. 4, p. 130-140. Out./dez. 2011.

LARA, M. L. L. G. O unicórnio (o rinoceronte, o ornitorrinco...), a análise documentária e a linguagem documentária. **DataGramZero**, v. 2, n. 6, 2001.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5294>. Acesso em: 14 dez 2022.

LARA, M. L. L. G. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, v. 16, n. 3, p. 231-240, 2004a. DOI: 10.1590/S0103-37862004000300003

Acesso em: 14 dez 2022.

LARA, M. L. L. G. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. **Ciência da Informação**, v. 33, n. 2, 2004b. DOI: 10.18225/ci.inf.v33i2.1050

Acesso em: 14 maio 2019. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1050> Acesso em: 14 dez 2022.

LARA, M. L. L. G. Informação, informatividade e linguística documentária: alguns paralelos com as reflexões de Hjørland e Capurro. **DataGramZero**, v. 9, n. 6, 2008.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6550>. Acesso em: 14 dez. 2022.

LARA, M. L. L. G. **Linguística Documentária**: seleção de conceitos. 2009. Tese (Livre Docência em Análise Documentária) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. DOI:10.11606/T.27.2019.tde-21112019-191517.

Acesso em: 17 dez 2022.

LARA, M. L. L. G. Conceitos de organização e representação do conhecimento na ótica das reflexões do grupo temma. **Informação & Informação**, v. 16, n. 2, p. 92-121, 2011. DOI: 10.5433/1981-8920.2011v16n2p92

Acesso em: 14 dez 2022.

LIMA, G. A. de. O ensino da análise de assunto: em busca de uma metodologia. **Informação & Sociedade**, v. 30, n. 4, p. 1-28, out./dez. 2020. Disponível em:

[https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65408134/Ensino_da_analise_de_assunto_I_S_Dez.2020-libre.pdf?1610484509=&response-content-](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65408134/Ensino_da_analise_de_assunto_I_S_Dez.2020-libre.pdf?1610484509=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DENSIÑO_DA_ANALISE_DE_ASSUNTO_e_m_busca_de.pdf&Expires=1686762125&Signature=aUBu4TYMNIUrGpCTfDNQaxrIAt9gQtcNDFub7nQhAdfwzQMYrFiLrPlyKktAfHa9RbymckkJaKLoCZpRtK7N)

[disposition=inline%3B+filename%3DENSIÑO_DA_ANALISE_DE_ASSUNTO_e](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65408134/Ensino_da_analise_de_assunto_I_S_Dez.2020-libre.pdf?1610484509=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DENSIÑO_DA_ANALISE_DE_ASSUNTO_e_m_busca_de.pdf&Expires=1686762125&Signature=aUBu4TYMNIUrGpCTfDNQaxrIAt9gQtcNDFub7nQhAdfwzQMYrFiLrPlyKktAfHa9RbymckkJaKLoCZpRtK7N)

[m_busca_de.pdf&Expires=1686762125&Signature=aUBu4TYMNIUrGpCTfDNQ](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65408134/Ensino_da_analise_de_assunto_I_S_Dez.2020-libre.pdf?1610484509=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DENSIÑO_DA_ANALISE_DE_ASSUNTO_e_m_busca_de.pdf&Expires=1686762125&Signature=aUBu4TYMNIUrGpCTfDNQaxrIAt9gQtcNDFub7nQhAdfwzQMYrFiLrPlyKktAfHa9RbymckkJaKLoCZpRtK7N)

[axrIAt9gQtcNDFub7nQhAdfwzQMYrFiLrPlyKktAfHa9RbymckkJaKLoCZpRtK7N](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65408134/Ensino_da_analise_de_assunto_I_S_Dez.2020-libre.pdf?1610484509=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DENSIÑO_DA_ANALISE_DE_ASSUNTO_e_m_busca_de.pdf&Expires=1686762125&Signature=aUBu4TYMNIUrGpCTfDNQaxrIAt9gQtcNDFub7nQhAdfwzQMYrFiLrPlyKktAfHa9RbymckkJaKLoCZpRtK7N)

[OHs9K1JbUIDpzOXOacZn1ez2VnVcFKQ4ojNheQMTb-](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65408134/Ensino_da_analise_de_assunto_I_S_Dez.2020-libre.pdf?1610484509=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DENSIÑO_DA_ANALISE_DE_ASSUNTO_e_m_busca_de.pdf&Expires=1686762125&Signature=aUBu4TYMNIUrGpCTfDNQaxrIAt9gQtcNDFub7nQhAdfwzQMYrFiLrPlyKktAfHa9RbymckkJaKLoCZpRtK7N)

[D2xM5JmLTup2up~YN37semCS-](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65408134/Ensino_da_analise_de_assunto_I_S_Dez.2020-libre.pdf?1610484509=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DENSIÑO_DA_ANALISE_DE_ASSUNTO_e_m_busca_de.pdf&Expires=1686762125&Signature=aUBu4TYMNIUrGpCTfDNQaxrIAt9gQtcNDFub7nQhAdfwzQMYrFiLrPlyKktAfHa9RbymckkJaKLoCZpRtK7N)

[NqtnNIL0ibH9UVLx88SbFkPH8p4xT23TZBjSqJN2aBkeaCoCAb4jPZ4FGMf-](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65408134/Ensino_da_analise_de_assunto_I_S_Dez.2020-libre.pdf?1610484509=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DENSIÑO_DA_ANALISE_DE_ASSUNTO_e_m_busca_de.pdf&Expires=1686762125&Signature=aUBu4TYMNIUrGpCTfDNQaxrIAt9gQtcNDFub7nQhAdfwzQMYrFiLrPlyKktAfHa9RbymckkJaKLoCZpRtK7N)

[Xeu0-](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65408134/Ensino_da_analise_de_assunto_I_S_Dez.2020-libre.pdf?1610484509=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DENSIÑO_DA_ANALISE_DE_ASSUNTO_e_m_busca_de.pdf&Expires=1686762125&Signature=aUBu4TYMNIUrGpCTfDNQaxrIAt9gQtcNDFub7nQhAdfwzQMYrFiLrPlyKktAfHa9RbymckkJaKLoCZpRtK7N)

[QTcS7QhdfSHQ0fgXuTgg9ykgHafV3pH0otjNhZH0B93D~FB90~laDddLrWzp7](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65408134/Ensino_da_analise_de_assunto_I_S_Dez.2020-libre.pdf?1610484509=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DENSIÑO_DA_ANALISE_DE_ASSUNTO_e_m_busca_de.pdf&Expires=1686762125&Signature=aUBu4TYMNIUrGpCTfDNQaxrIAt9gQtcNDFub7nQhAdfwzQMYrFiLrPlyKktAfHa9RbymckkJaKLoCZpRtK7N)

[eCiyRCww~aEQUQ5ini0k~sYOUMTbr28u-oMPzcr4iUvy~FS3u-](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65408134/Ensino_da_analise_de_assunto_I_S_Dez.2020-libre.pdf?1610484509=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DENSIÑO_DA_ANALISE_DE_ASSUNTO_e_m_busca_de.pdf&Expires=1686762125&Signature=aUBu4TYMNIUrGpCTfDNQaxrIAt9gQtcNDFub7nQhAdfwzQMYrFiLrPlyKktAfHa9RbymckkJaKLoCZpRtK7N)

04ot2iNes3YdVcw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 14 jun. 2023.

LÔBO, N. M. de N.; PORTELA, M. C.; SANCHEZ, A. A. M. M. R. Análise do cuidado em saúde no sistema prisional do Pará, Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 12, dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hCBHnwbm4DY7WR9NCQTbLMS/?lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2023.

MARI, H. **Os lugares do sentido**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 1991. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/site/e-livros/Os%20Lugares%20do%20Sentido.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2023.

MARTELLOTA, M. E. **Manual de linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, A. P. P. Funcionalismo linguístico: um breve percurso histórico da Europa aos Estados Unidos. **Domínios da Linguagem**, ano 3, n. 2, p. 18-35. 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11504/6784>. Acesso em: 19 jun. 2023.

MONTEIRO, S. D.; GIRALDES, M. J. C. Aspectos lógicos-filosóficos da organização do conhecimento na esfera da ciência da informação. **Informação & Sociedade**, v. 18, n. 3, p. 13-27, set./dez. 2008. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2015/12/pdf_d12144adb4_0000016644.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

MOREIRO GONZÁLEZ, J. A. Documentación y linguística: conceptos de relación esenciales. **Ciencias de la Información**, v. 25, n. 4, p. 202-212. 1994. Disponível em: https://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/36097/documentacion_CI_1994.pdf?sequence=2. Acesso em: 14 jun. 2023.

NAVES, M. M. L. Análise de assunto: concepções. **Revista de Biblioteconomia**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 215-226, jul./dez. 1996. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/46266/35821>. Acesso em: 14 jun. 2023.

PIOVEZAN, L. B. Análise semiótica da leitura documental no processo de indexação de assunto. *In*: FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. B.; DAL'EVEDOVE, P. R. **Leitura documentária: estudos avançados para a indexação**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, p. 241-262. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/3pk5m/pdf/fujita-9788579839177-11.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

POSSENTI, S. **Discurso, Estilo e Subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

QUEIROZ, E. P. Personagens negras de O cortiço: convergências com estereótipos. **Estudos Semióticos**, v. 18, n. 3, dez. 2022. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/198432/189291>. Acesso em: 11 abr. 2023.

REIS, D. M. A. dos. Contribuições teóricas da semiótica para a leitura documentária. *In*: FUJITA, M. S. L.; NEVES, D. A. B.; DAL'EVEDOVE, P. R. (Ed.). **Leitura**

documentária: estudos avançados para a indexação. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. P. 263-282. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/3pk5m/pdf/fujita-9788579839177-12.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2023.

SANTOS, R. F. dos; NEVES, D. A. de B.; ALBUQUERQUE, M. E. B. C. de. Análise documentária e semântica discursiva: contributos para o tratamento temático de objetos informacionais. *In*: FUJITA, M. S. L.; ALVES, R. C. V.; ALMEIDA, C. C. de. (Orgs.). **Modelos de leitura documentária para indexação**: abordagens teóricas interdisciplinares e aplicações em diferentes tipos de documentos. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. Cap. 5. p. 117-138. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/96v3r/pdf/fujita-9786586546071.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2023.

SILVA, M. dos R. da; FUJITA, M. S. L. A prática de indexação: análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, maio/ago. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/cNngvqQdWfBGrJtLSdLRKnP/?lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2023.

SILVA, N. S.; BRITO, P. F. Ambiente para resolução de fórmulas do cálculo proposicional. *In*: JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 20. **Anais [...]**. Palmas: CEULP; ULBRA, 2020. Disponível em: <https://fswceulp.nyc3.digitaloceanspaces.com/jornada-de-iniciacao-cientifica/2020/artigos/ciencias-exatas/AMBIENTE-PARA-RESOLUCAO-DE-FORMULAS-DO-CALCULO-PROPOSICIONAL.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2023.



Esta obra está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional.